

15

Oportunidades para apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste

CLÁUDIO HALLEY

RESUMO

Estudos revelam que os micro e pequenos empresários contribuem fortemente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os dados mostram que os empreendimentos de menor porte são responsáveis pela contratação de 72% das pessoas economicamente ativas do país. As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas brasileiras e, mesmo com números tão expressivos, enfrentam dificuldades na obtenção de crédito. A burocracia, a tributação e as altas taxas de juros são alguns dos entraves que podem levar um negócio à falência. Com um diferencial de atuação perante tomadores de crédito, cooperativas financeiras adentraram esse mercado e ampliaram o portfólio de serviços para atender de forma personalizada às necessidades de pessoas jurídicas.

ABSTRACT

Studies show that micro and small entrepreneurs contribute significantly to Brazil's economic development. Data show that smaller undertakings are responsible for employing 72% of the country's economically-active people. Micro and small enterprises account for 99% of Brazilian companies and, even with such expressive numbers, they face difficulties in obtaining credit. Bureaucracy, taxes and high interest rates are some of the obstacles that can lead a business to bankruptcy. With a differential effort towards creditors, financial cooperatives have entered this market and expanded the services portfolio to meet the needs of the companies in a more personalized fashion.

O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, um mercado de empreendedores dinâmico e com capacidade empresarial suficiente para investir e inovar em seus segmentos, sustentando assim o crescimento econômico e permitindo uma melhora da qualidade de vida de suas regiões.

Segundo dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2013, realizada anualmente e fruto de uma parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), cerca de 40 milhões de brasileiros, com idades entre 18 e 64 anos, são responsáveis por algum tipo de negócio. O relatório revela que, a cada cem brasileiros que iniciam um negócio, 71 são motivados pela oportunidade, e não pela necessidade, como era registrado nos anos anteriores.

Acompanhando o crescimento da formalização dos negócios, a bancarização dos empreendedores brasileiros também vem se desenvolvendo a passos largos. A Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), revela que o lucro dos pequenos empreendedores das principais regiões metropolitanas cresceu bem mais que o Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, ao ritmo de 4% ao ano acima da inflação [SEA-PR (2013)]. Dados como esse indicam uma evolução do setor, que, nos últimos dez anos, tem alinhado as atividades desempenhadas por milhões de brasileiros na economia real a sua existência jurídica e tributária.

TABELA 1 Número de empresas e de pessoal ocupado, por porte de empresa, em 2012

Porte	Nº empresas	% part.	A + B + C		Porte	
			Nº pessoal ocupado	% part.		
MPE	6.339.620	98,98	39.282.885	72,2	MPE	
Micro	5.961.402	93,07	30.170.959	55,5	Micro	
Pequena	378.218	5,90	9.111.926	16,7	Pequena	
MGE	65.502	1,02	15.120.595	27,8	MGE	
Média	41.683	0,65	4.831.521	8,9	Média	
Grande	23.819	0,37	10.289.074	18,9	Grande	
Total	6.405.122		54.403.480			

Esses empreendedores podem ser considerados um dos principais agentes de desenvolvimento econômico. Reconhecer essa importância para o mercado é um passo fundamental para contribuir para o fortalecimento do papel do empreendedor. Os micro e pequenos negócios brasileiros representam 99% dos empreendimentos e respondem por 72% do pessoal ocupado no setor privado (Tabela 1). Nos últimos anos, os empreendimentos de menor porte têm sido responsáveis pela maior parcela da geração de novos empregos.

O DESAFIO DO CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Mesmo com seu notável valor para a estrutura da atividade econômica brasileira, as micro e pequenas empresas ainda esbarram em um cenário de profundos gargalos, que por vezes limita sua competitividade, capacidade de manutenção e sustentabilidade nos médio e longo prazos. Os empreendedores brasileiros enfrentam uma excessiva burocracia, tributação muito elevada e taxas de juros que ainda são muito altas. Para empreender e fomentar os negócios, além da vocação e persistência, é ne-

	A		B		C		
	Nº empregos	% part.	Conta própria	% part.	Empregadores	% part.	Empregados – remuneração média real (R\$)
	16.157.382	51,7	19.561.469	100,0	3.564.034	100,0	1.334
	7.523.688	24,1	19.561.469	100,0	3.085.802	86,6	
	8.633.694	27,6		0,0	478.232	13,4	
	15.120.595	48,3	-	0,0	-	0,0	2.161
	4.831.521	15,4		0,0		0,0	
	10.289.074	32,9		0,0		0,0	
	31.277.977		19.561.469		3.564.034		

Fonte: Banco Central.

cessário também capital para investir no desenvolvimento do empreendimento, capital esse que muitas vezes é de terceiros. Por isso, é tão essencial que tenham acesso a serviços financeiros adequados a suas necessidades.

Durante a abertura do 8º Encontro Nacional da Indústria (Enai), a Presidenta Dilma Rousseff reconheceu a necessidade de combater essa burocracia e de modernizar as estruturas institucionais do Brasil. “Precisamos combater a tradição burocrática, do selo, do carimbo”, destacou Dilma. “Não podemos ter múltiplas portas de entrada e processos que se sobrepõem”, completou, reconhecendo que o excesso de burocracia prejudica a competitividade das empresas brasileiras.

Um dos serviços de vital importância para agregar valor à competitividade das empresas, principalmente para as micro e pequenas, é a concessão de crédito.

Contudo, justamente é essa obtenção de crédito que figura entre os principais obstáculos encontrados por empresas desses portes. Essa realidade é justificada pelas instituições financeiras por três aspectos principais: a alta taxa de mortalidade dessas empresas; os problemas de assimetria de informação; e a constituição de garantias reais normalmente requeridas em processos de financiamento de longo prazo e que tornam o processo de análise de crédito mais assertivo.

A expansão do acesso a crédito por micro e pequenas empresas está no escopo da atuação para promoção da inclusão financeira no Brasil. Entre as oito ações do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional do Banco Central, está o aprimoramento do arcabouço regulatório do microcrédito e das instituições especializadas em microfinanças para o adequado suporte a microempreendedores, bem como a micro e a pequenas empresas.

Porém, para essa expansão consistente e segura do acesso a crédito, também são necessários instrumentos e ações para mitigação de assimetrias de informação. A fim de que os cidadãos

tenham acesso a informações claras sobre as opções disponíveis, mudanças regulatórias voltaram-se ao aumento da transparência na oferta de serviços financeiros, por exemplo, a obrigatoriedade de divulgação do custo efetivo total do crédito, que consolida em um único número todos os custos envolvidos na contratação de operações de crédito.

Por outro lado, as instituições financeiras também precisam conhecer seu cliente, para identificar o rol de opções adequadas a suas necessidades, avaliar o risco de inadimplência e, assim, calcular a taxa de juros adequada ao risco envolvido na operação. E, em um país de território continental como o Brasil, é improvável que alguma instituição financeira bancária com atuação nacional conheça as reais necessidades de sua clientela. Afora as distâncias geográficas, há grandes diferenças culturais, sociais e econômicas. Nesse contexto, passam a se destacar as cooperativas de crédito como importantes ferramentas de inclusão financeira no país.

Por sua essência, as cooperativas de crédito possuem melhor capacidade de compreender as dificuldades dos empreendedores, pois acompanham com maior proximidade os fatos e relatos de seus associados. Com suas particularidades, elas oferecem produtos e serviços personalizados, desenvolvidos de acordo com as necessidades e a realidade de seus associados. Isso porque são entidades de atuação regionalizada, com presença de micro e pequenos empresários em seus conselhos de administração e quadro de executivos, os quais conhecem e enfrentam cotidianamente as mesmas dificuldades citadas.

Dessa maneira, o envolvimento entre cooperativas e comunidade local constitui uma vantagem competitiva importante quanto à avaliação e ao tratamento de empréstimos, principalmente às micro e pequenas empresas, incluindo também nesse processo, o aconselhamento sobre a melhor utilização do crédito e apoio com as ferramentas disponíveis.

Além disso, a relação de uma cooperativa de crédito com seu cooperado pessoa jurídica ocorre de maneira diferenciada, sendo o tomador do crédito também o próprio dono da cooperativa, o que resulta em uma relação de maior responsabilidade entre as instituições.

As cooperativas de crédito estão vocacionadas para atuar pelo desenvolvimento socioeconômico das localidades/regiões em que estão inseridas, criando um campo fértil e um ciclo de expansão conjunta. A legislação brasileira inclusive exige que as cooperativas atuem apenas com pessoas que residam ou – no caso de pessoas jurídicas – estejam estabelecidas na região de atuação da cooperativa, fazendo com que os recursos captados (depósitos e poupança) sejam emprestados no próprio município ou na região, e não em outras localidades (inclusive em unidade federativa diferente), como ocorre no sistema bancário tradicional.

FIGURA 1 Ciclo virtuoso do cooperativismo de crédito



Fonte: Bancoob – Suest.

Dois dos maiores especialistas do setor cooperativista de crédito no Brasil, Ênio Meinen e Márcio Port, ressaltam como esse papel transformador do cooperativismo financeiro atua no desenvolvimento local e regional:

[...] as cooperativas de crédito asseguram a reciclagem dos recursos nas próprias comunidades, ou seja, o resultado monetário que se gera é reinvestido ali mesmo, produzindo novas riquezas. Além disso, as entidades têm plena autonomia para ajustar sua política creditícia e de gestão da poupança à realidade do lugar. Essa liberdade permite acompanhar adequadamente o ciclo econômico de cada região e respeitar suas aptidões e potencialidades socioeconômico-culturais, com geração e incremento de renda, estimulando, ainda, a fixação dos jovens nas próprias comunidades [Meinen e Port (2012, p. 54)].

Esse papel social, aliado a sua enorme capacidade de atender a diferentes realidades, tem firmado as cooperativas de crédito como um segmento financeiro de pujante expansão. Sua evolução chega a superar 15 vezes o valor percentual de crescimento conjunto das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Desde sua reestruturação, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) tem conquistado crescente participação no SFN. Os indicadores do setor são realmente expressivos e mostram sua robustez. Segundo dados do Banco Central, o SFN apresentou crescimento médio de 10% (ativos totais), em 2013, enquanto o SNCC cresceu 21% mantendo a trajetória de crescimento verificada nos últimos vinte anos.

Tendo as micro e pequenas empresas como perfil predominante das pessoas jurídicas associadas, o país possui (dados de dezembro de 2013) 1.154 cooperativas financeiras com cerca de 6,4 milhões de associados, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Os ativos totais dessas instituições chegaram a R\$ 124,3 bilhões. Já os depósitos somaram R\$ 56,3 bilhões. Além disso, as cooperativas de crédito estão presentes em todas as regiões do país e, juntas, formam a segunda maior rede de atendimento próprio do país.

TABELA 2 Pontos de atendimento do cooperativismo

<i>Ranking</i>	Instituição financeira	2013	%
1	SFC	6.113	20,9
2	Bando do Brasil	5.451	18,6
3	Bradesco	4.684	16,0
4	Itaú	3.924	13,4
5	Caixa	3.289	11,2
6	Santander	2.661	9,1
7	Sistema Sicoob	2.178	7,4
8	Sistema Sicredi	1.258	4,3
9	HSBC	866	3,0
10	Banrisul	512	1,7
	SFN	29.314	-

Fonte: Elaboração Bancoob, com base em dados de Bancoob e Banco Central.

Nota: Sistema Financeiro Cooperativo (SFC); Sistema Financeiro Nacional (SFN).

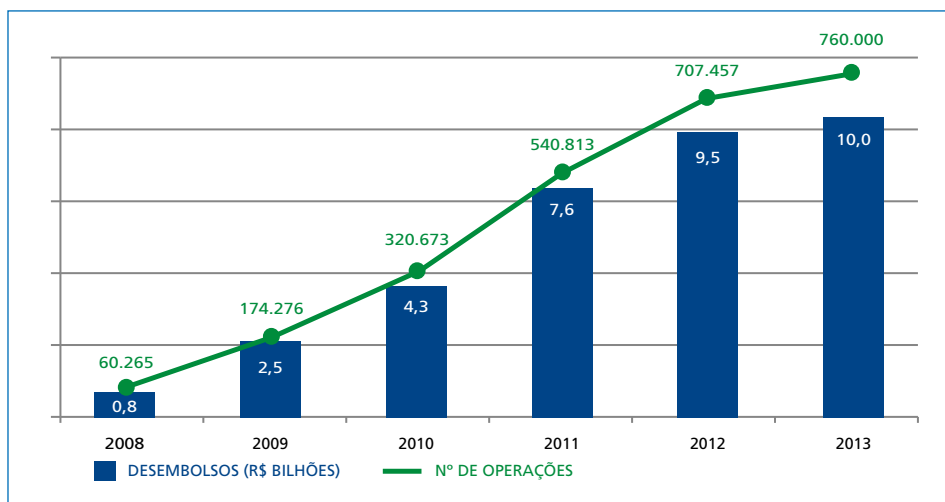
A convergência de propósitos e a natural afinidade entre as cooperativas e as micro e pequenas empresas faz com que estas sejam parceiras ideais para seu desenvolvimento e, consequentemente, para o progresso econômico.

Para atender a esse cenário promissor, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) tem investido em uma plataforma que vai além da concessão de crédito, com ênfase em soluções financeiras integradas e tecnologia de ponta. Tudo isso sem perder o foco em seus valores cooperativistas. Tais valores fizeram do Sicoob o primeiro sistema de crédito cooperativo a emitir o Cartão BNDES. Com a parceria, o Sicoob pode contribuir com maior democratização do acesso aos recursos do BNDES, levando a instituição a localidades onde sua presença ainda é pequena e unindo a finalidade econômica à preocupação com o desenvolvimento social.

O Cartão BNDES foi responsável pelo substancial aumento do desembolso do BNDES às micro e pequenas empresas. Com 14 anos de existência, o cartão já se mostra como um dos mais importantes instrumentos para o desenvolvimento do empresariado brasileiro. A relevância dessa modalidade de crédito pode ser verificada por seu

volume de operações realizadas em 2013, que chegou a 760 mil, o que significa desembolsos de R\$ 10 bilhões (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 Desembolsos e números de operações do Cartão BNDES



Fonte: Elaboração Bancoob – Suest, com base em dados do BNDES e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

Só na Região Amazônica, o Cartão BNDES foi emitido em 95% dos municípios e movimentou R\$ 1 bilhão em transações entre 2008 e 2013.

A simplicidade agregada à operação, realizada via internet e com definição prévia de um limite de crédito para o usuário, facilitando o processo de análise, concessão e monitoramento do crédito, contribuiu para o sucesso do cartão. Ademais, nos últimos dez anos, a diversificação das linhas de crédito de longo prazo do BNDES tem sido acompanhada da fixação de diferenciais favoráveis às micro e pequenas empresas em termos de menores encargos financeiros, maiores prazos, possibilidade de associar capital de giro ao investimento fixo em maior proporção, uso dos recursos para aquisição de equipamentos usados, isenção de taxas e maiores níveis de participação. Com isso, as micro e pequenas empresas passam a usufruir de algumas van-

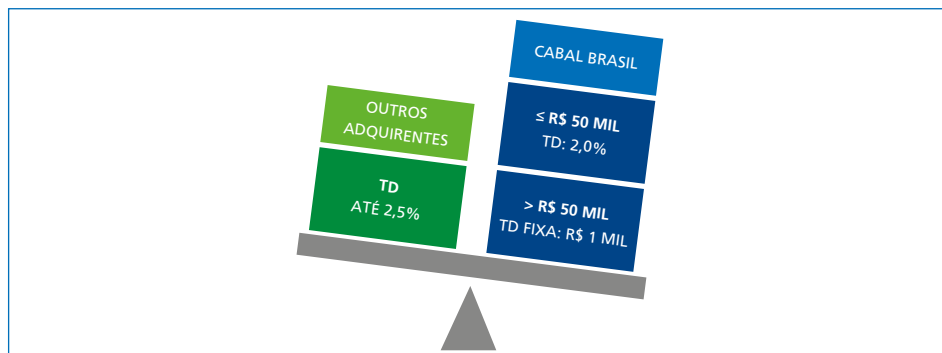
tagens quanto a maior nível de participação, maiores prazos e menores encargos *vis-à-vis* as empresas de maior porte.

Essas vantagens do BNDES são ainda mais potencializadas pelas parcerias com instituições como o Sicoob para repasse do crédito às micro, pequenas e médias empresas e pela ação de fomento, visando ampliar o alcance de atuação do produto.

Outro diferencial do Cartão BNDES Sicoob é a união com a Cabal Brasil. Atuando como bandeira e adquirente do produto, a Cabal é uma alternativa atrativa de processamento de pequenas bases, com aderência a estruturas independentes e produtos diferenciados. Com condições de credenciamento bem mais favoráveis aos fornecedores, a Cabal espera ampliar o número de fornecedores com a redução das taxas de descontos praticadas.

A taxa de desconto da Cabal, que incide sobre o valor da venda, é fixada em 2% (0,5% abaixo do mercado). Além disso, em um acordo inédito firmado com o BNDES, foi estabelecido um teto de R\$ 1.000 para sua cobrança (Figura 2). Com essa política, o *ticket* médio das transações com o Cartão BNDES Sicoob tem se mostrado o maior entre todas as instituições que ofertam o produto, isso porque, percentualmente, a taxa de desconto será menor quanto maior for o valor da venda.

FIGURA 2 Parceria com a Cabal Brasil



Fonte: Bancoob – Suest.

Nota: TD = Taxa de administração.

Com a parceria dessas três instituições (Sicoob, BNDES e Cabal) comprometidas com o desenvolvimento do país, objetivava-se estimular e adensar cada vez mais os arranjos produtivos locais, ancorados no empreendimento apoiado e promover o desenvolvimento integrado de seu entorno.

Focando nesses estímulos à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social, aproveitando competências presentes nas empresas e despertando o “espírito animal” de que falava Keynes.¹

Esse espírito já pode ser notado na Região Centro-Oeste do país. Entre 2002 e 2010, segundo as Contas Regionais 2010, do IBGE, o PIB da região quase triplicou, passando de R\$ 129,6 milhões para R\$ 350,5 milhões.

A pujança do agronegócio e da economia do Centro-Oeste reflete-se também nos indicadores sociais do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre 1991 e 2010, as quatro unidades federativas da região registraram crescimento médio de 49% no IDH e avançaram no *ranking* nacional.

O cooperativismo de crédito local também tem acompanhado esse desenvolvimento. A Região Centro-Oeste conta com seis centrais cooperativas, 339 pontos de atendimento, 89 cooperativas singulares e mais de 550 mil associados, que representam cerca de 9,2% de *market share* em relação ao segmento no Brasil. Dados como esses explicam por que as cooperativas da região apresentaram a segunda maior evolução do país – cerca de 18,87% – nas operações de crédito considerando o período de 2012 a 2013.

¹ O termo é do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) na obra *The general theory of employment, interest and money*, de 1936. Quando fala das expectativas de longo prazo, Keynes escreve que o momento certo para o investimento se dá quando o “espírito animal”, um tipo especial de confiança, se sobrepõe a cálculos matemáticos.

Essa “semente” tem sido plantada não só no Centro-Oeste, mas em todas as regiões com esse solo fértil e o “espírito animal” despertando. A cultura associativista atrelada ao cooperativismo, bem sedimentada nas comunidades, faz a diferença na sustentação do objetivo de construir um país mais próspero e inclusivo para todos.

Passados 110 anos desde a criação da primeira instituição, o cooperativismo de crédito começa a assumir sua relevância no mercado financeiro brasileiro. De um lado, opera pela melhoria das condições de acesso à produção e aos serviços por seus cooperados. De outro, estimula o empreendedorismo, porquanto, desde a prescrição doutrinária – sua gênese –, tem a vocação e o compromisso com o desenvolvimento das comunidades e dos setores e categorias econômico-profissionais a que serve e com o bem-estar de seus membros.

REFERÊNCIAS

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936. p. 161-162.

MEINEN, E.; PORT, M. *O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã*. Brasília: Confedbras, 2012.

Site consultado

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO –
<www.portaldocooperativismodecredito.com.br>.